

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, REALIZADA EM**  
2 **VINTE E SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.**

3 Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas e trinta minutos,  
4 reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Limeira, na rua: Prefeito Dr. Alberto  
5 Ferreira, número cento e setenta e nove, na cidade de Limeira, sob a presidência da Sra. Presidente Marina  
6 Cristiane Archangelo, estando presentes os conselheiros e convidados. A Sra. Presidente realiza a  
7 contagem do quórum. Após a verificação do quórum, a Sra. Presidente inicia a reunião agradecendo a  
8 presença de todos, e passa para a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e oito de junho de  
9 dois mil e dezesseis e certifica com os conselheiros o recebimento da Ata da Reunião Ordinária do mês  
10 anterior. Não havendo manifestações a Sra. Presidente coloca em votação a aprovação da Ata da Reunião  
11 Ordinária do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, sendo aprovada por unanimidade. Seguindo  
12 a pauta a Sra. Presidente passa palavra para a Sra. Silvana Ananias para a leitura das correspondências  
13 expedidas e recebidas. Correspondências Expedidas: Convocação de todos os conselheiros para esta  
14 reunião; Convite para todos os diretores para esta reunião; Comunicação Interna para a Divisão de  
15 Patrimônio referente à liberação de acesso dos conselheiros ao Paço Municipal; Homologação das  
16 Resoluções da Reunião Ordinária do dia vinte e oito (28) de junho de dois mil e dezesseis;  
17 Correspondências Recebidas: Ata do Conselho Local de Saúde do Parque Hipólito; Ata do Conselho Local  
18 de Saúde do Parque Nossa Senhora das Dores 2; Justificativa de ausência da Sra. Caliane Santana;  
19 Justificativa de ausência da Sra. Vera Maria Baptistella; Requerimento do Instituto Odoyá solicitando a  
20 substituição de representante da entidade nas comissões da Secretaria Executiva e na Comissão de  
21 Convênios; Requerimento de Afastamento do Conselho Municipal da Saúde, referente a  
22 desincompatibilização em função das eleições municipais do Sr. João Braz de Oliveira. Requerimento do  
23 Programa de Saúde do Trabalhador solicitando indicação de membro do Conselho Municipal da Saúde  
24 para compor o Grupo Gestor do PST; Justificativa de ausência do Sr. Caio Sauer. Reuniões e Visitas  
25 Realizadas Reunião da Comissão de Apoio aos Conselhos Locais de Saúde (11/07); Reunião da Comissão  
26 da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal da Saúde (12/07); Reunião da Comissão de  
27 Acompanhamento da Revisão da legislação do Conselho Municipal da Saúde, do Regimento Interno e do  
28 Conselho Local de Saúde (19/07), Reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão da legislação do  
29 Conselho Municipal da Saúde, do Regimento Interno e do Conselho Local de Saúde e Reunião do  
30 Conselho Local de Saúde do Bairro CECAP (20/07); Visita de satisfação do Usuário SUS – Santa Casa  
31 (22/07) Visita de Satisfação do Usuário SUS – Hospital Humanitária (22/07); Reunião do Plano Operativo  
32 do Hospital Humanitária e Reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão da Legislação do  
33 Conselho Municipal da Saúde, do Regimento Interno e do Conselho Local de Saúde (27/07); Reunião da  
34 Comissão de Acompanhamento da Revisão da Legislação do Conselho Municipal da Saúde, do Regimento  
35 Interno e do Conselho Local de Saúde; Reunião do Plano Operativo do Hospital Ensino da Santa Casa

1



36 (29/07). A Sra. Presidente passa para o primeiro informe referente a substituição de conselheiro do  
37 Instituto Odoyá nas Comissões permanentes da Secretaria-Executiva e Comissão de Convênios do  
38 Conselho Municipal da Saúde, passando a palavra a Sra. Silvana Ananias a qual explica que recebeu a  
39 solicitação da entidade para a substituição da Sra. Patricia Barbosa da Silva nas comissões da Secretaria-  
40 Executiva e na Comissão de Convênios onde fora indicada, porém por motivo de força maior não poderá  
41 participar das reuniões e solicitou a sua substituição. A Sra. Silvana explica que a Sra. Patricia permanece  
42 na composição do Conselho Municipal da Saúde como suplente, se desligando apenas das comissões  
43 acima citadas. A Sra. Presidente passa para o próximo informe referente ao Curso de Formação de  
44 Conselheiros, explicando que coincidiu o interesse do Conselho Municipal da Saúde no Curso de  
45 Capacitação de Conselheiros com o interesse do Tribunal de Contas do Estado em ministrá-lo para a  
46 região do município de Limeira. Explica ainda que caso o município não aceitasse sediar o curso, o mesmo  
47 seria levado para o município de Araraquara – SP. O assunto foi levado ao conhecimento do Secretário da  
48 Saúde dando parecer favorável para a realização do evento. A Sra. Silvana Ananias informa que o Curso de  
49 Capacitação de Conselheiros Municipais de Saúde está agendado para o dia 22 de agosto de 2016, a partir  
50 das 16 horas, no Teatro Nair Belo – Secretaria da Educação e será realizado pela Escola de Contas  
51 Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A Sra. Presidente passa para o próximo informe  
52 referente a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241, citando que encaminhou a todos os  
53 conselheiros um documento do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS  
54 que apresenta aos Secretários Municipais e Estaduais de Saúde, tal documento alerta os gestores sobre o  
55 impacto e a redução dos valores repassados para a área da Saúde e da Educação, passando a palavra ao  
56 Deputado Federal Miguel Lombardi, dando-lhe as boas vindas. O Deputado agradece o convite e  
57 reconhece o ilustre trabalho voluntário dos conselheiros municipais e a importância do seu papel no  
58 controle social. Explica que faz parte da Comissão de Seguridade Social e Família no Congresso, com  
59 outros 104 deputados, sendo 52 titulares e 52 suplentes. Explica que a PEC 241 está na Comissão de  
60 Constituição e Justiça, trazendo várias divergências. Cita que a PEC 241 estipula um teto de gastos  
61 públicos, mas sempre colocam a culpa pelo excesso dos gastos na gestão. Segundo o deputado todos  
62 sabemos que não é um problema de gestão, se for considerado o número de Hospitais Filantrópicos, uma  
63 minoria pode estar deixando a desejar em relação a gestão, mas não podemos generalizar. Concorda que  
64 deve haver um limite para gastos, mas sempre que há necessidade tiram recursos da Saúde Pública.  
65 Defende que a saúde no nosso país tem que ser prioridade, estando disposto a defendê-la. E elogia o  
66 Conselho Municipal da Saúde de Limeira, pois colabora com o ente público. Cita que nesse período em  
67 que está atuando como Deputado Federal tem se esforçado para direcionar recursos das emendas  
68 parlamentares para o município. Explica que não determina onde os recursos são aplicados e que busca  
69 questionar tão somente onde o recurso seria melhor aplicado. Sempre priorizando o nosso município, mas  
70 não deixando os municípios vizinhos desassistidos. Informa que no mês de outubro as emendas serão  
71 abertas novamente e conta com a colaboração dos conselheiros para direcionar a aplicação de novas

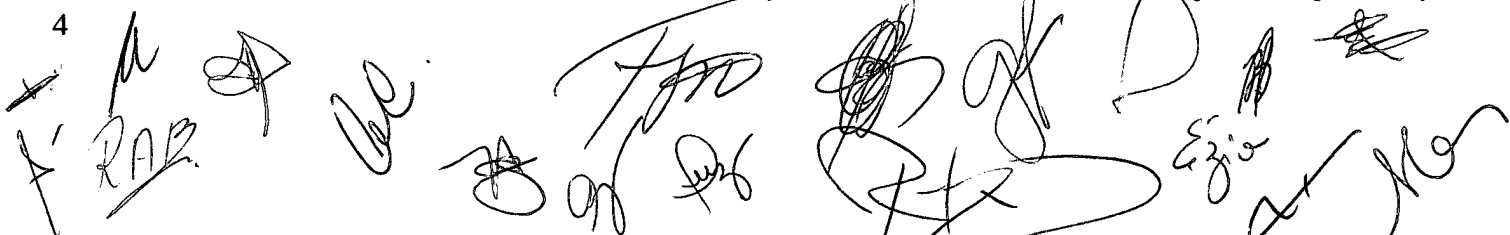
A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are varied in style, some appearing to be full names and others as initials or monograms. They are arranged in a horizontal line across the width of the page.

72 emendas. O Deputado relata ainda que os Hospitais do município também recebem recursos de emendas e  
73 expõe o problema do Hospital Humanitária com mais de 2500 conveniados, os quais correm risco de  
74 perderem seus Planos de Saúde. Explicando que a muito tempo, quando foi realizada a construção da  
75 “Humanitária Nova” foi feito financiamento na Nossa Caixa, algumas parcelas foram pagas, mas na  
76 formação da diretoria do Hospital o pagamento foi suspenso com a suposição de que o Governo Estadual  
77 assumiria os gastos, passado algum tempo, o Banco Nossa Caixa foi comprado pelo Banco do Brasil e a  
78 dívida ficando acumulada. Foi levantado ao Governo do Estado questionamento se o hospital estava com  
79 alguma dívida ativa, apurou-se que não existia, mesmo assim o prédio do atual hospital, o prédio no centro  
80 da cidade e os imóveis dos conselheiros e diretores do hospital foram penhorados, mas a dívida foi  
81 arrolada e está em torno de 9 milhões de reais, e não liberam o penhor, com isso a liberação do  
82 credenciamento do plano de saúde também não está liberado. Informa que há uma mobilização entre o  
83 Deputado (Miguel Lombardi), o Prefeito e o Secretário da Saúde na busca de definir a situação. O  
84 Deputado lembra que a maioria dos conveniados são idosos e não tem condições financeiras de migrarem  
85 para outros Plano de Saúde. Solicita uma colaboração do Conselho Municipal da Saúde nesta questão. O  
86 Deputado aborda também a questão da renovação do Programa Mais Médicos e mostra-se favorável à  
87 continuidade, citando que a população aceitou bem e com satisfação o Programa. O Deputado agradece a  
88 oportunidade de participar de uma reunião do Conselho Municipal da Saúde de Limeira, colocando-se à  
89 disposição de todos. A Sra. Ivanice faz uma solicitação ao Deputado para que encaminhe do seu gabinete  
90 uma moção de repúdio em relação a PEC 241 e apoie a continuidade do Programa Mais Médicos. O Sr.  
91 Adelino solicita a palavra e relata que a PEC 241 é uma ação da área econômica, citando que a economia  
92 tem que ser arrumada e tais ações são necessárias para dar incentivo a economia, sugerindo que se discuta  
93 amplamente a PEC 241 sem ideologias. A Sra. Presidente relata que temos que ter essa responsabilidade,  
94 mas não deixar de pensar que a população depende do Sistema Único de Saúde, citando ser válida a  
95 preocupação. A Sra. Presidente agradece em nome do Conselho Municipal da Saúde o Deputado por todas  
96 as emendas disponibilizadas e os recursos vindos ao município, reforçando que os recursos do Ministério  
97 da Saúde estão ajudando a fortalecer a atenção básica. O Deputado agradece a oportunidade, enfatizando e  
98 elogiando o município, pois Limeira atende e dá retorno rápido, preenchendo os documentos solicitados,  
99 sendo assim as liberações das emendas parlamentares são feitas com mais agilidade. Informando que o  
100 município não perdeu nenhum recurso por falta de atenção ou problemas técnicos, diferentemente de  
101 outros municípios que deixam para última hora o cadastramento dos projetos para as emendas e enviam  
102 documentos incompletos, perdendo recursos. O Deputado se coloca à disposição de todos. O Sr. Alexandre  
103 Augusto agradece a presença do Deputado em nome da Secretaria Municipal da Saúde e da Prefeitura de  
104 Limeira, salientado que nunca houve a participação de um Deputado prestando contas em reunião de  
105 Conselho e se dispondo a levar nossas reivindicações. O Sr. Miguel Lombardi cita que desde a sua posse  
106 como Deputado está se desdobrando para conseguir recursos para o município. A Sra. Presidente reforça  
107 que será continuada a discussão da PEC 241, e, se o conselho entender necessário, será encaminhado uma

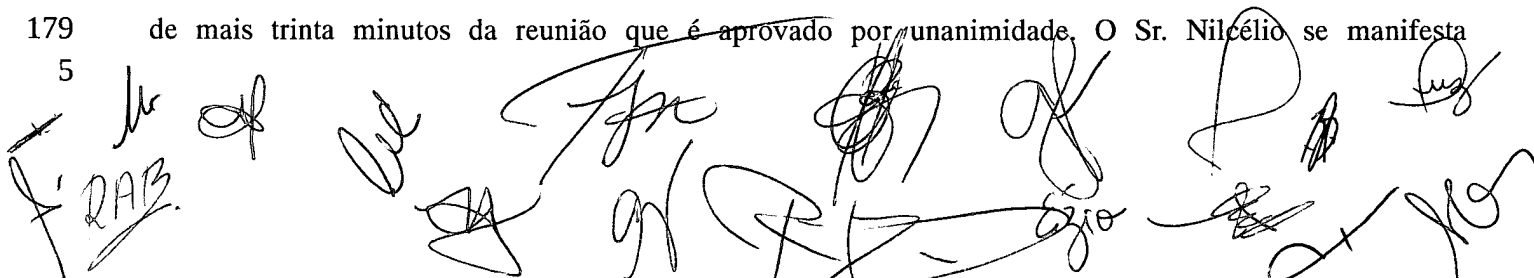
A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are varied in style, some appearing to be names like 'RAB', 'Ezio', and others that are less legible. There are also some initials and scribbles scattered across the bottom.

108 moção para o gabinete do deputado reforçando a defesa do SUS. A Sra. Presidente apresenta aos  
109 conselheiros um documento sobre a PEC 241 o qual esclarece a intenção da emenda, de congelar o  
110 orçamento público, baseado no ano anterior e corrigido apenas pela inflação, limitando os gastos públicos  
111 com saúde e educação e não repassando recursos proporcionalmente aos municípios. O Sr. Nilcélio expõe  
112 a sua opinião relatando que o problema talvez não seja a PEC e sim algo mais, como a CPMF, criada para  
113 colaborar nos gastos com saúde e na realidade não foi o que aconteceu. A Sra. Presidente expõe que nesse  
114 caso tenha ocorrido uma má gestão, citando que os municípios e o Estado não conseguirão suportar as  
115 demandas caso a PEC 241 seja aprovada. A Sra. Presidente alerta ser um dever do cidadão, dos  
116 conselheiros e dos usuários garantir que o Sistema Único de Saúde não sofra ações punitivas. A Sra.  
117 Ivanice complementa que todos devem estudar para que não haja dúvidas, citando que o município “gira”  
118 em torno de recursos federais e que caso a PEC 241 seja aprovada os serviços essenciais serão  
119 prejudicados. Se posiciona como defensora dos direitos conquistados, expondo que o município de  
120 Limeira atende pacientes de outros municípios e Estados e não há meios de cobrar pelo atendimento a  
121 esses pacientes, não sendo contra o atendimento, já que é um direito universal e está garantido na  
122 Constituição, mas sendo necessário haver uma forma de cobrar pelos serviços prestados dos municípios de  
123 origem. O Sr. Adelino concorda e cita que a cidade que faz um trabalho bom é penalizada. Sendo esse um  
124 problema sério. A Sra. Presidente conclui que o momento é de uma discussão prévia, mas que será  
125 colocado na pauta da próxima reunião e discutir novamente. Dando sequência, a Sra. Presidente anuncia  
126 que o Sr. Secretário solicitou a presença da Comissão da Secretaria-Executiva para inserir mais um  
127 informe na pauta desta reunião, sendo que a Secretaria Executiva aprovou, passando a palavra para o Sr.  
128 Alexandre Augusto, o qual informa que na Gestão do Ex Secretário foram instaladas 32 (trinta e dois)  
129 Centros de Saúde da Família – CSF, sendo que a intenção era de expandir em regiões onde não havia  
130 unidades e equipes. Porém, não encontramos imóveis com 100% de acessibilidade. Informando que a  
131 Secretaria Municipal da Saúde recebeu uma denúncia a respeito de acessibilidade de um vereador ao  
132 Ministério Público, o qual questionou 8 (oito) unidades, explicando que a expansão foi necessária pois o  
133 município recebeu 50 médicos do Programa Mais Médicos, descentralizando serviços. Mas o Ministério  
134 Público solicitou uma reparação de todas as nossas unidades em 90 dias. O Sr. Alexandre cita que um dos  
135 casos de repercussão na mídia foi no Bairro Belinha Ometo, expondo que há duas unidades no bairro,  
136 sendo que a intenção agora é de locar um imóvel com total acessibilidade, porém se fará necessário juntar  
137 as duas equipes. O Secretário apresenta que já recebeu manifestações das equipes e dos moradores do  
138 bairro, contrários a mudança. Cita ainda que passaremos por essa situação nas 32 unidades, sendo que  
139 algumas poderão permanecer por terem a acessibilidade, mas as outras poderão ter seus endereços  
140 alterados. O Sr. Alexandre expõe que a acessibilidade é uma realidade em todo o serviço público, mais não  
141 deixa de ser uma nova problemática, atendendo na medida em que tempo avança, concretizando as  
142 reformas ou mudando as unidades de imóvel. A Sra. Presidente faz uma colocação citando que a Estratégia  
143 de Saúde da Família da Política Nacional da Atenção Básica – PNAB, tem como objetivo a aproximação

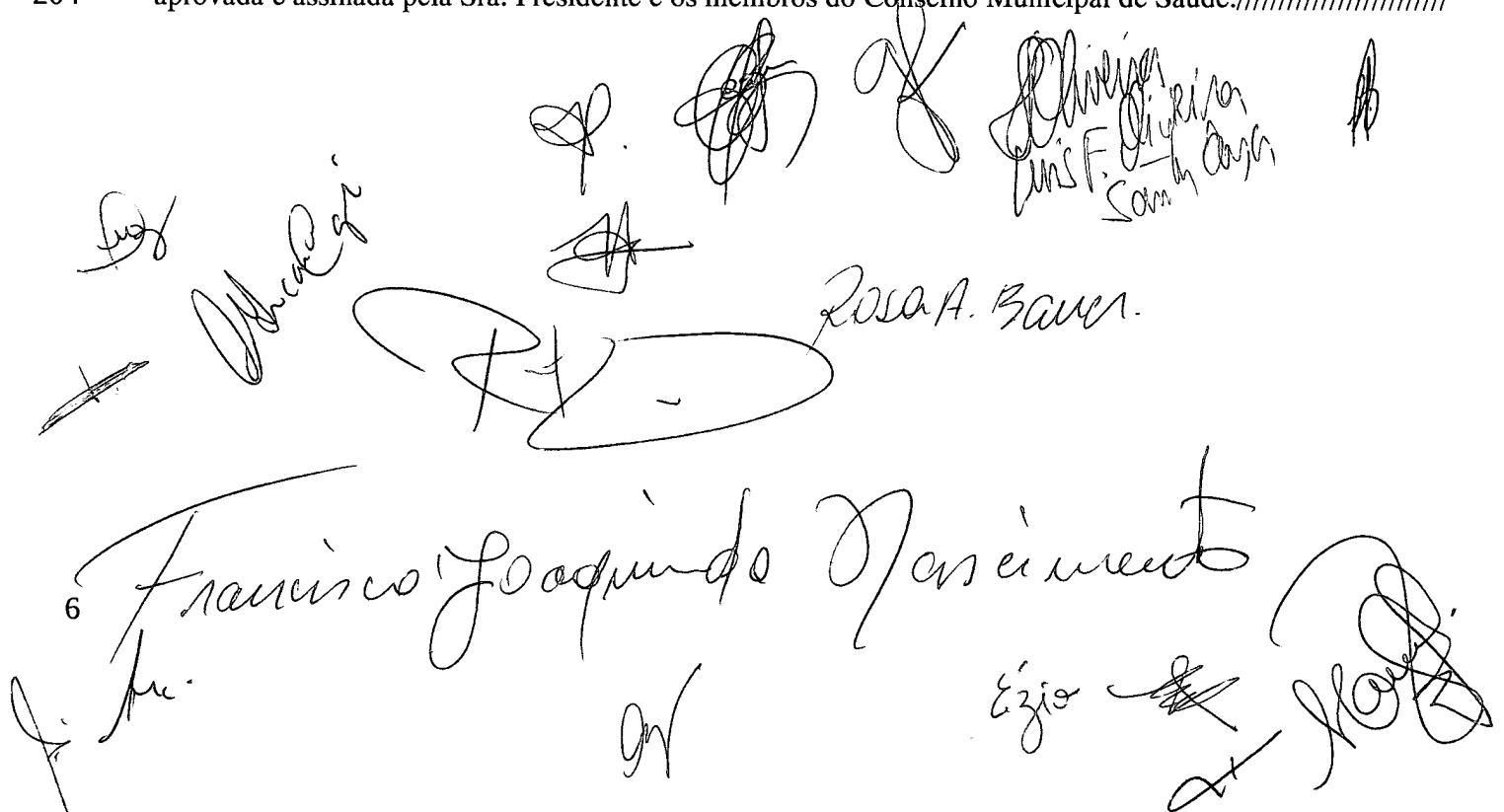
4



144 da atenção básica com a população local. Tendo como particularidade o deslocamento das equipes médicas  
145 até as residências dos pacientes com dificuldade de locomoção. Expõe que as unidades, mesmo não  
146 atendendo todas as normas de acessibilidade, recebem incentivos do Ministério da Saúde pois as unidades  
147 já estão instaladas e em funcionamento, citando que o município já recebeu recursos para construção de 5  
148 (cinco) novas unidades. O Sr. Reginaldo expõe que o Sr. vereador poderia ter se dirigido ao Conselho  
149 Municipal da Saúde buscando informações sobre a situação das unidades, antes de denunciar ao Promotor  
150 de Justiça. O Sr. Marcos questiona sobre haver a junção das duas unidades se há perda de credenciamento  
151 de uma delas. O Sr. Alexandre expõe que não há a perda e continuarão recebendo os recursos  
152 normalmente. A Sra. Cássia questiona se há a possibilidade de se redigir um abaixo-assinado e apresentá-  
153 lo na Promotoria. A Sra. Ivanice expõe que não necessariamente poderá ser um abaixo-assinado, mas um  
154 documento marcando audiência direto com o Promotor e esclarecer as perdas que a população poderá ter.  
155 O Sr. Alexandre explica que o Promotor dentro do ordenamento jurídico é um fiscal, sobre tudo da Lei  
156 Federal. Cita que na defesa explicou a questão do SUS, da territorialização, da descentralização e está  
157 ciente, citando que como agente público o Promotor tem o dever legal de agir, sendo ele da tutela das  
158 pessoas com deficiência. Cita que todos os Promotores tiveram ciência. O Promotor da Saúde não se  
159 manifestou e entendeu que a saúde está sendo atendida, mas o Promotor da Acessibilidade entendeu que  
160 tem que ser atendido. Expõe que o Conselho Municipal da Saúde é livre e poderá se manifestar. A  
161 Secretaria está fazendo uma defesa técnica da nossa expansão, mostrando quais unidades atendem, quais  
162 não atendem, as quais são possíveis fazer as adequações e as que não são. Cita que apresentará um plano  
163 de trabalho para a longo prazo adequar todas, pois já instaurou o inquérito e o risco é uma ação civil  
164 pública contra o Secretário de Saúde e o Prefeito e sendo ele um agente no exercício de suas funções que  
165 tem que cumprir a Lei Federal. A Sra. Silvana questiona se não há a possibilidade de solicitar um Termo de  
166 Ajustamento de Conduta - TAC para providências a acessibilidade. O Sr. Alexandre expõe que as casas  
167 onde estão instaladas as unidades não comportam adaptação. A propositura do TAC deverá partir do  
168 Promotor, nós queremos apresentar um Plano de Trabalho. A Sra. Ivanice opina, sugerindo a elaboração de  
169 um documento à ser apresentado ao Promotor demonstrando a insatisfação do Conselho Municipal e da  
170 população local. A Sra. Presidente propõe a elaboração de documento com as manifestações e opiniões  
171 compactadas dos conselheiros municipais, com as respectivas assinaturas para posteriormente ser  
172 encaminhado à Promotoria Pública. O Sr. Alexandre esclarece que essa é uma ação independente do CMS,  
173 mas que mesmo assim a Secretaria tem a obrigação de fazer uma defesa técnica e dar condições de acesso.  
174 O Dr. Marcos questiona se não há meios de realizar um trabalho junto a Câmara Municipal (Comissão de  
175 Saúde) para que antes de uma denúncia formal a Secretaria da Saúde seja comunicada. O Sr. Alexandre  
176 concorda com o posicionamento do conselheiro. A Sra. Presidente passa para os itens da pauta, referente a  
177 Minuta do Termo de Cessão de Uso de equipamento para o Hospital Santa Casa e solicita à Sra. Silvana  
178 Ananias que faça a leitura do documento. Após a leitura a Sra. Presidente coloca em votação a prorrogação  
179 de mais trinta minutos da reunião que é aprovado por unanimidade. O Sr. Nilcélio se manifesta

5  


180 questionando se o aparelho será usado exclusivamente em crianças. O Sr. Luís Francisco responde que o  
181 aparelho será disponibilizado na UTI Neo natal. A Sra. Presidente coloca em votação a aprovação da  
182 minuta do Termo de Cessão de Uso do aparelho Laringo-fibrosópio pelo Hospital Santa Casa que é  
183 aprovado por unanimidade. A Sra. Presidente passa para o próximo item da pauta referente a Renovação  
184 do Convênio dos Leitos Psiquiátricos do Hospital Humanitária explicando que o item foi suspenso por não  
185 ter havido acordo quanto ao valor do repasse. Diz ainda, que será convocada uma reunião extraordinária  
186 no mês de agosto para tratar sobre a Renovação do Convênio dos Leitos Psiquiátricos. A Sra. Presidente  
187 passa para o próximo item da pauta referente a Indicação de membro do Conselho Municipal da Saúde  
188 para compor o Grupo Gestor da Saúde do Trabalhador e passa a palavra para o Sr. Reginaldo o qual  
189 apresenta a Sra. Ivanice da Silveira Santos como a atual coordenadora do Grupo Gestor. Cita que o grupo é  
190 composto por todas as Secretarias e estão trabalhando na prevenção e instrução dos trabalhadores. Destaca  
191 que as reuniões são realizadas todas as sextas-feiras de cada mês, sempre às 14 horas. A Sra. Viviane se  
192 manifesta e sugere que a CIPA seja envolvida nos trabalhos. A Sra. Presidente questiona se há conselheiros  
193 interessados em participar do Grupo Gestor representando o Conselho Municipal da Saúde e o Sr.  
194 Reginaldo Febronio dos Santos é indicado junto com a Sra. Maria Helena Félix de Moraes. A Sra.  
195 Presidente passa para o próximo item da pauta referente a substituição da Sra. Patrícia Barbosa da Silva,  
196 representante dos usuários nas comissões da Secretaria Executiva e na Comissão de Convênios. A Sra.  
197 Presidente questiona se há conselheiros interessados em assumir a vaga na comissão da Secretaria  
198 Executiva e a Sra. Maria Francisca se manifesta. Para a Comissão de Convênios o Sr. Adelino Arasake é o  
199 membro indicado para assumir a vaga. Ao final da reunião a Sra. Presidente, em nome da Sra. Vera  
200 Baptistella convida todos conselheiros à participarem da troca de placas do Centro de Saúde do Bairro Boa  
201 Vista, no dia 28 de julho, às 9 horas, pois o seu esposo Dr. Gilberto Baptistella será homenageado como  
202 patrono daquela unidade. Não havendo outras manifestações, a Sra. Presidente encerra a reunião  
203 agradecendo a presença de todos e eu, Silvana Helena Ananias, secretária, digitei a presente ata que se  
204 aprovada é assinada pela Sra. Presidente e os membros do Conselho Municipal de Saúde.//

  
A collection of handwritten signatures in black ink. The most prominent signature is 'Francisco Joaquim Nascimento' written in a large, cursive script. Other visible signatures include 'Rosa A. Bauer', 'Luís F. ...', and several smaller, less legible signatures. Some signatures are accompanied by initials or small marks.